

4ª PARTE

PROSA DE FICÇÃO

O Quebra-Quebra

Juarez Leitão

Fortaleza, 1942. As notícias da guerra inundam a cidade. Por toda parte, comentários apaixonados. Os cartazes que chegam do Rio de Janeiro e São Paulo ilustram o desenrolar do conflito, noticiando, sobretudo, o avanço dos Aliados sobre as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) depois da participação direta dos Estados Unidos provocada pelo ataque japonês às bases americanas de Pearl Harbour, no Hawaí, em 1941. Nas casas comerciais, restaurantes e barbearias a reprodução colorida das armas utilizadas exibida em grandes cartazes os novos bombardeiros, aviões de transporte, panzers, tanques, blindados e porta-aviões, assim como o mapa das batalhas e os números - nem sempre verdadeiros - do sucesso das Democracias Ocidentais sobre o Nazifascismo, numa reviravolta da situação de franca superioridade alemã até o começo daquele ano de 1942. A propaganda largamente desenvolvida no rádio, nos cartazes e nos discursos flamejantes proferidos nas praças por oradores de ocasião aguçava a curiosidade e punha em ebulição exaltada o sentimento belicoso da população.

As circunstâncias de animosidade que levariam o Brasil a participar da Segunda Grande Guerra se apresentaram assim que os Estados Unidos ingressaram no conflito. Os ministros das Relações Exteriores de todas as Repúblicas do Continente Americano, reunidos, decidiram reafirmar o Pacto Panamericano, que rezava, em sua Resolução XV, que *"Todo atentado de um Estado não americano contra a integridade e inviolabilidade do território, contra a soberania e independência política de qualquer Estado americano será considerado um ato de agressão contra todos os Estados de nosso continente."*

Embora continuasse a se declarar neutro, o Brasil ofereceu a cidade do Rio de Janeiro para sediar uma reunião de emergência dos ministros plenipotenciários do continente, em janeiro de 1942, em que quase todos (Chile e Argentina recusaram) assinaram um docu-

mento declarando que *“As repúblicas americanas, em solidariedade aos Estados Unidos, injustamente agredido, romperiam suas relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália.”*

A comunicação brasileira entregue aos embaixadores do Eixo na Capital Federal, em 28 de janeiro de 1942, informando-lhes o rompimento de nossas relações diplomáticas e comerciais com seus países foi considerada por eles como uma espécie declaração de guerra.

Datam desse episódio o início efetivo de ações de represália, exercidas principalmente pela Alemanha, contra o Brasil. Navios mercantes brasileiros passaram a ser postos a pique em águas do Caribe e na travessia do Atlântico. Em 18 de fevereiro, o navio Buarque e o paquete Olinda são afundados a tiros de canhão por submarinos germânicos. E, a partir de agosto de 1942, o torpedeamento de nossos navios passa a ser feito em nossas próprias águas territoriais.

O Governo Vargas abrigava germanófilos e pró-aliados. Osvaldo Aranha defendia desde 1939 o alinhamento com as Democracias Ocidentais. Mas os generais Dutra e Góis Monteiro, além do ministro Francisco Campos, eram francamente partidários do Eixo.

Getúlio Vargas, durante algum tempo, hesita, aguardando de cima do muro para ver para que lado a vitória penderia. Entretanto, foi arrebatado pelos fatos e teve que se decidir pela política de hemisfério e honrar o panamericanismo. Não sem antes barganhar: para ceder o Nordeste do Brasil para a instalação de bases norte-americanas exigiu em troca uma usina siderúrgica, a Volta Redonda ou Companhia Siderúrgica Nacional.

Em Fortaleza, a partir do meio do ano, o estado de guerra começou a se formar na consciência coletiva. No dia 16 de junho passam a circular os dois primeiros ônibus movidos a gasogênio, pois a gasolina e o óleo diesel começavam a escassear. Pertenciam à Empresa Vitória. Dois dias depois, uma determinação municipal tirava de circulação todos os carros particulares a gasolina. Era a instalação do racionamento de combustível.

A providência da Prefeitura de Fortaleza logo ganhou abrangência estadual. No final do mês de agosto, o racionamento foi nacionalmente decretado pelo Governo Federal.

Sabia-se que a normalidade do mundo estava quebrada e que, em qualquer lugar e a qualquer instante, as pessoas poderiam ser atingidas pelas desgraças da guerra. Ninguém dormia tranquilo.

De repente, nos vimos diretamente envolvidos nos acontecimentos.

No dia 17 de agosto a Ceará Rádio Clube, com a música característica do anúncio de fatos extraordinários, divulgava a nota do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda – informando que cinco navios mercantes brasileiros haviam sido torpedeados em nossas costas: “Aníbal Benévolo”, “Araraquara”, “Araras”, “Baependi” e “Itagibe”. A notícia acrescentava que os ataques vitimaram 629 brasileiros e que alguns cearenses poderiam estar entre os mortos. Essa possibilidade tornava aquele ato criminoso praticamente uma agressão pessoal para cada habitante do Ceará.

Enquanto o rádio repetia com estardalhaço a terrível notícia, os jornais imprimiram edições extraordinárias, que eram disputadas a cotoveladas pela população emocionada.

Nessa noite, Fortaleza dormiu revoltada e essa revolta haveria de marcar o dia seguinte como uma das datas mais dramáticas de nossa história.

18 de agosto de 1942. Fortaleza acordou sob forte impacto emocional.

Pela manhã, realizou-se uma missa na igreja do Patrocínio pela alma das vítimas dos navios nacionais afundados. Grande afluência de pessoas lotou o templo e parte da Praça José de Alencar.

Dali parece que somente as mulheres retornaram para casa: os homens ficaram no centro da cidade a cata de informações e de algum fato novo.

Por volta das nove horas já se formara uma aglomeração em frente à Faculdade de Direito, na Praça da Bandeira. Dois dias antes já houvera outra mobilização na faculdade, com falas acusatórias aos nazistas que estavam atacando os navios brasileiros e também aos “galinhas verdes” conterrâneos, integralistas brasileiros e cearenses assim apelidados porque usavam uma farda verde em seus desfiles e paradas. Os adeptos de Plínio Salgado eram declaradamente simpatizantes de Hitler e Mussolini, títeres fascistas.

Agora a aglomeração era maior. Eram estudantes daquela escola e de outros estabelecimentos de ensino superior e secundário que, exaltados, ouviam discursos nacionalistas dos colegas exigindo do Governo Federal a declaração formal e explícita de guerra aos países do Eixo.

Às dez horas começou o deslocamento dos estudantes para o centro da cidade. A passeata, que a cada quarteirão era engordada pelo ingresso de populares, veio pela rua Senador Pompeu porque ali estavam localizadas as redações de quase todos os jornais. Depois de garantir a matéria para as manchetes das publicações, dobrou na rua Guilherme Rocha em demanda da Praça do Ferreira, coração palpitante da cidade.

O Centro, já fervilhava. Segundo declara Stênio Azevedo, na época funcionário das Lojas Pernambucanas - empresa de origem alemã e aqui dirigida por alemães – os bondes chegavam carregados e voltavam praticamente vazios de passageiros.

Na Praça do Ferreira o estado de exaltação ia chegando a um ponto de iminente precipitação. O velho professor Euclides César, famoso orador nacionalista, faz um discurso inflamado que terminava com a conclamação de “Morram os estrangeiros assassinos, fora os alemães!!!”

Foi tomado nos braços pela multidão como um herói. Outros oradores se sucediam na escadaria da Coluna da Hora e cada um terminava o discurso com uma declaração de ódio aos alemães, italianos e japoneses.

Os comerciantes de origem estrangeira começaram a temer o pior. Alguns fecharam as portas de seus estabelecimentos, o que, como veremos, não adiantou muito.

Fora o próprio Governo Federal que estimulava o revanche, pois, pela Portaria 5.408, de 28 de abril de 1942, decretava que, *diante do torpedeamento de nossos navios, “os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelos prejuízos que resultarem de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão e pela Itália contra a vida e os bens de brasileiros e do Estado do Brasil.”*

Aquilo que deveria ser oficial, através de ressarcimento legal segundo os trâmites julgados e autorizados pela justiça, foi entendido, no calor apaixonante da vingança e diante de circunstâncias de indubitável precipitação, como um incentivo à pilhagem e o natural “direito ao botim” que as hordas bárbaras cultivaram com tanto afincos nos albores da Idade Média quando saqueavam e depredavam vilas, aldeias e cidades do combalido Império Romano.

Às onze horas um grito ecoou na praça: “Estão quebrando a padaria do espanhol!!!”

A Espanha, embora não estivesse na guerra era protegida de Adolfo Hitler, que dera apoio militar e político ao general Franco para tomar o poder e instalar uma ditadura de direita na Península Ibérica.

Ao grito que informava a primeira agressão, a multidão correu em direção da rua Pedro Borges esquina com a Gal. Bezerril e, a partir daquele momento, tornou-se incontrolável.

Quebrada a padaria, partiram os manifestantes para o vale-tudo numa onda furiosa e irascível que agora não tinha mais chefe, nem senso, nem freio. Tudo o que à frente da horda enlouquecida cheirasse a estrangeiro era atacado, invadido, saqueado, depredado e queimado.

O saque e o fogo eram as armas da multidão, disposta a varrer da cidade a presença dos que pudessem ter o sangue, a nacionalidade ou alguma simpatia suposta ou verdadeira por alemães, italianos e japoneses.

As Lojas Pernambucanas, gerenciadas por alemães, a Casa Veneza, sapataria de italianos, a Camisaria do Álvaro e a loja A Cruzeiro, de partidários do Integralismo, foram sendo atingidas uma a uma. Todas tiveram as portas arrebatadas e sofreram a ira brutal dos depredadores. E até mercearias e sorveterias de pessoas que simplesmente tinham sobrenomes estrangeiros também foram golpeadas pelo braço nervoso do povo.

A polícia a tudo assistia com espantosa neutralidade. Nas fotos batidas por Thomaz Pompeu Gomes de Matos, que hoje formam precioso documentário do terrível episódio, podemos ver a passividade dos milicianos, alguns deles até sorrindo das cenas dantescas que testemunhavam com complacente indiferença.

O interventor Menezes Pimentel, com todo o seu secretariado, se encontrava ausente da capital em uma fazenda próxima, não se sabe se em função de alguma estratégia política ou desculpa armazenada para o dia seguinte.

Perto do meio dia o fogo já devorava várias lojas, de onde saíam populares sobraçando os produtos do saque. O botim mais rendoso era o das peças de pano das lojas Pernambucanas e os sapatos da Casa Veneza.

Foi quando se lembraram do japonês. Do único filho da Terra do Sol Nascente que morava no Ceará. Um japonês, sim, senhor, que agora teria de pagar pelas ações de seu país naquela guerra.

Jusaku Fujita, primeiro oriental a habitar em Fortaleza, mantinha no bairro de Otávio Bonfim o Jardim Japonês, onde produzia e fornecia à cidade flores e hortaliças. Desembarcara na capital do Ceará, depois de ter tentado a vida de imigrante no Peru, no Chile e na

Bolívia. Chegara nos anos 20, dera um duro danado em nossa terra para sobreviver, mas, finalmente, estava, nos inícios dos anos 40, se firmando como um horticultor próspero e conceituado.

Casara com uma cearense, se batizara na Igreja Católica e se fizera aceito na comunidade, pois era um cidadão pacato e trabalhador. Com a sua mulher gerou 14 filhos, embora apenas seis tenham conseguido sobreviver.

Naquele dia de ira a família de Jusako Fujita viveria uma dura experiência.

As lojas de estrangeiros no centro da cidade, invadidas e saqueadas, ardiam em pleno meio dia daquela terça feira de agosto. Mas o furor da massa não estava saciado.

De súbito, do meio da multidão, foi berrada uma convocação: “Vamos pegar o japonês do Otávio Bonfim!”

A lembrança macabra reacendeu o instinto bárbaro da turba. Imediatamente, todo aquele povo saiu correndo em direção do alvo indicado. A sorte é que da Praça do Ferreira para o Jardim Japonês era um bom pedaço de chão e isso talvez tenha salvado a vida da família Fujita.

Um cunhado do Senhor Jusako ouviu na praça a decisão do ataque. Mais que depressa pegou o carro e foi avisar os parentes. Os Fujita estavam almoçando quando o homem chegou alvoroçado, exclamando que deviam fugir imediatamente sob pena de serem trucidados pela multidão ensandecida. Saíram com a roupa do corpo, tomaram o carro e escaparam dali.

A multidão foi chegando na horta e no jardim pisoteando e destruindo tudo. Enquanto muitos se entregavam à frenética operação de arrancar as plantas e inutilizar as mudas, outros tomavam de assalto a casa, derrubando portas e escoiceando as paredes, dando chutes nos móveis e puxando a instalação elétrica. E foram levando tudo: telhas, caibros, madeiras, pias, sofás, camas, roupas, pratos, talheres e panelas. Uma invasão ao modo de Átila, o feroz chefe dos hunos.

Da casa, destelhada e vazia, ficaram só as paredes, cercadas de desolação. Um cenário de Hiroshima.

O menino João Batista, que tinha seis anos, guardou para sempre aquelas imagens de espanto e incompreensão. E é ele que relata, hoje, capitão da reserva do exército brasileiro e empresário bem sucedido da construção civil:

“Chorei muito porque tinham levado minha roupinha de marinho. Com aquela idade não entendia a amplitude do problema. Só sei que minha mãe chorava muito.

A família que nos amparou teve uma solidariedade incomum. Nos levaram para a casa deles, mesmo sem ser abastados. Nos protegeram, nos salvaram. Passamos vinte dias na casa dessa família.

Ninguém pode imaginar como seria se tivéssemos ficado em nossa casa até a chegada dos atacantes. Teria sido uma coisa terrível.”

Jusako Fujita era um homem disposto. Quando estava no meio do infortúnio, vendo tudo o que construía ser rudemente destruído, pensou em se matar. Foi apenas por um instante. Logo sentiu o peso de sua responsabilidade de pai de família e recobrou a coragem. Teria que criar seus filhos e a todos educar.

Já sofrera outras desditas e sobrevivera intacto em sua dignidade. Haveria de se erguer novamente.

Recomposto em suas esperanças voltou para o lugar de sua casa e de seu Jardim Japonês, no Otávio Bonfim, apesar dos riscos de um novo esgar de insensatez da emoção popular.

A guerra continuava. Aquela, feita pela loucura humana e que iria produzir mais de 50 milhões de cadáveres. E a sua, a guerra do obstinado imigrante, para construir uma família honrada neste belo país.